

“O QUE É E?” E “O QUE NÃO É?” ECONOMIA SOLIDÁRIA. UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DA BAHIA.

Gil Tomas Santos Brito – Universidade Federal da Bahia;
gilbrito.adm@gmail.com

Joaquim Alves de Oliveira Neto – Universidade Federal da Bahia;
joaquimaoneto@gmail.com

Ariadne Scalfoni Rigo – Universidade Federal da Bahia;
ariadnescalfoni@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo investigar o pensamento coletivo dos diversos segmentos participantes da Conferência Estadual de Economia Solidária da Bahia sobre a definição de Economia Solidária. Para alcançar este objetivo, foram realizadas entrevistas com os empreendimentos econômicos solidários (EES), as entidades de apoio e fomento a economia solidária (EAF), as assessorias públicas e o Estado por meio de seus representantes presentes na conferência. Os dados obtidos foram analisados através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e sua natureza qualitativa. Nesse sentido, o trabalho pretende delinear questões a partir dos diferentes significados atribuídos a Economia Solidária (Ecosol).

A 3ª Conferência Estadual de Economia Solidária, ocorrida em Salvador | Ba, entre os dias 21 a 23 de maio de 2014, foi promovida pela SETRE (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte e contou com a participação de 322 delegados territoriais. Com o tema “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”, a conferência estadual baiana - assim como as demais no Brasil – foi um momento de preparação para a 3ª CONAES (Conferência Nacional de Economia Solidária). Nos encontros preparatórios, desde os municipais, foram ouvidas as questões das demandas locais e regionais, além de discutir os limites e desafios enfrentados pelo movimento no estado. Ao todo, participaram dos processos preparatórios para a conferência estadual, 1.750 representantes de empreendimentos, gestores públicos e de acessória e fomento.

Os atores entrevistados, portanto, são partícipes ativos dos espaços de representação do movimento, como também nos grupos locais de onde vieram. Esse indício surge de

constatações sobre a própria metodologia das conferências. Para ir a uma conferência estadual, por exemplo, é preciso antes submeter-se a eleição nas conferências territoriais. Isso implica não em uma simples disputa eleitoral, mas uma forma de confiabilidade, pois a observação que se tem feito é de que os princípios da Ecosol vêm agindo como guardiões dos processos democráticos que prezam e praticam as maneiras qualificadas de escolha. Não se trata de uma discussão sobre o nível de participação dos atores nas conferências, mas de uma possível representação dos interesses locais do movimento da Ecosol, através dos delegados entrevistados.

O elemento novo dessa proposta de pesquisa está representado no empenho de seus colaboradores em contribuir para que o exercício de construção do “eu coletivo” sobre Ecosol, desses dois eventos, seja um catalisador de discussões teórico-práticas que permeiam o movimento, com o intuito de dirimir parcela da necessidade desse exercício salutar de aproximação-distanciamento, afinal também se cresce na contradição. Durante a abertura do IV Congresso Nacional da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), realizado entre os dias 15 e 17 de maio de 2015, na capital baiana, Débora Rodrigues, coordenadora do Fórum Baiano de Economia Solidária (FBES), nos traz a seguinte contribuição: “O movimento precisa falar. Já avançamos como movimento e agora é preciso conseguir reais condições de produção e bem estar. E para isso, precisamos que nossos atores sejam os protagonistas”. Este trabalho pretende contribuir para esta causa.

Outras contribuições teóricas já (re) conhecidas, (re) produzidas e (re) formuladas ao longo dos anos como SINGER (2002), FRANÇA FILHO (2014), LAVILLE (2009), GAIGER (2009) a cerca da Ecosol, são analisadas ao lado de conceitos representativos e institucionais como, respectivamente, o do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) vinculado ao Ministério do Emprego e renda(MTE). Assim, utilizando também seus caminhos teóricos os pesquisadores do presente trabalho desenvolvem seu metadiscurso a respeito do tema, tendo como ilustre companhia as percepções coletivas oriundas da colaboração individual de alguns atores da Ecosol, que através de suas narrativas nos brindaram com seus substratos discursivos.

Assim, não pelo confronto, mas pelo encontro prático-teórico é que se buscou, como proposto por HENRIQUES (2014) interpretar a consciência coletiva de duas reuniões da Ecosol e refletir sobre as “Apropriações feitas por distintos segmentos da sociedade com matrizes ideológicas, por vezes, antagônicas”. Em seu estudo, HENRIQUES(2014) tenta estabelecer discussões conceituais e práticas do conceito de economia solidária. Para tanto, o

autor caracteriza os estudos teóricos no campo como responsáveis por criar projetos políticos dentro da EcoSol, e tenta a partir de outros estudos de caso já presentes na literatura entender o campo empírico dessas práticas. Com isso, o autor traça limites para essas propostas, pois podem ser propostas que não condizem efetivamente com a realidade que existe nas experiências. Por outro lado, delimita também as limitações de propostas que percebem a economia solidária como um movimento com uma proposta política sem força, nem radicalidade. A partir dessas contribuições, esse estudo sobre as representações do que a economia solidária tem para alguns atores da 3ª Conferência Estadual de Economia Solidária, pretende de alguma maneira também confrontar de que maneira, esses estudos de natureza mais teórica têm reflexos no campo da prática.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: DELIMITANDO CONCEITOS

A criação de fronteiras e formas na análise do fenômeno da economia solidária são alvos de modelos de análise em diferentes áreas do conhecimento. No Brasil, segundo França Filho e Laville (2004), esse fenômeno ganhou seus primeiros contornos a partir das contribuições de Paul Singer no decorrer dos fins dos anos 1990. Esse autor, define economia solidária como um novo modo de produção, onde a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual são os princípios básicos, tendo a solidariedade como resultado natural (SINGER, 2002). De maneira quase que simultânea, outros teóricos como Laville, em 1994, tentam também compreender esse fenômeno em países como a França. No caso brasileiro, as características desse fenômeno se envolvem com a exclusão histórica de grande parte da população que se encontra marginal ao circuito da economia formal. Dessa forma, no caso brasileiro, o conceito de economia solidária surge em paralelo com o conceito da economia popular.

Embora tenham surgido em um mesmo período temporal, as experiências da França e do Brasil ligadas ao fenômeno da economia solidária são distintas também por sua gênese. Para Cruz (2004), a gênese das experiências associativas no Brasil das décadas de 1980 e 1990, assim como em outros países da América Latina, foi produto da auto-organização construída de maneira empírica, não contanto, em geral, com apoio de setores organizados da sociedade, sendo levados a produção associada pelo estreitamento do mercado de trabalho.

Essas várias fronteiras e formas circulam, em geral, ao redor da ideia de solidariedade em oposição a ideia do individualismo utilitarista típico da sociedade de mercado (LAVILLE e GAIGER, 2009). Nesse sentido, o conceito de Economia Solidária é uma tentativa de

compreender o conjunto de práticas onde a racionalidade das práticas mercantis não são seus principais valores.

Em França-Filho (2014), economia solidária é chamada de “outra economia” e também como sendo “toda a tentativa de alocação de recursos na vida em sociedade, correspondendo a toda forma de produção e distribuição de riqueza” (POLANYI, 2011 apud FRANÇA-FILHO, 2014). Nessas definições encontra-se partes elementares dos constructos discursivos analisados, como por exemplo, o uso de expressões para a definição do que é economia solidária como: “uma outra economia”, “outro modo de vida”, etc. Além delas, destacamos também o que o autor chamou de “duplo inconformismo”, ao se referir sobre os motes que geraram as práticas em Economia Solidária. Quais seriam: 1. Inconformismo com a forma com que o capitalismo organiza o trabalho; 2. Inconformismo com a situação de exclusão. Neste último, o autor faz referência aos circuitos formais ou superiores da economia (FRANÇA-FILHO, 2014).

Já na utilização do conceito polanyiano, outra leva de associações que vão desde os temas de “comercialização”, “produção”, “relações de trabalho” e “relações de convívio social”, vão sendo identificadas nos discursos analisados e facilmente se percebe como estes se ancoram nessa proposta de conceito para Ecosol.

A partir dos estudos Singer e Souza(2000) apud Cruz (2004), há uma apresentação de um painel amplo a respeito dos tipos de iniciativas que se vinculam a economia solidária. Nesse estudo, são previstos como empreendimentos de economia solidária:

“ empresas de produção e de serviços organizadas sob forma cooperativa ou autogestionária, cooperativas de assentados da reforma agrária, experiências de micro-crédito e crédito cooperativo, instituições de apoio e fomento às iniciativas (como incubadoras de cooperativas populares), iniciativas de caráter estatal-governamental, redes de produção e de trocas entre iniciativas, cooperativas de consumo, empresas orientadas por princípios de confissão moral e/ou religiosa...”

Essas iniciativas são desenhadas através do Fórum brasileiro de Economia Solidária através da seguinte figura:



Figura 1- Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Na definição oriunda da sociedade civil, construída pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, cirandas. net. Acesso em: 18 de dezembro 2014, 16h42min), encontra-se como pilares do conceito sobre Ecosol as dimensões: Econômicas, Culturais e Políticas. Economicamente, seria uma forma baseada na democracia e na cooperação por meio da autogestão, onde “não existe patrão nem empregado”. Culturalmente, estão incluídos os aspectos simbólicos, um jeito de “mudar o paradigma da competição”. Politicamente, recaem as definições de Ecosol como sendo um movimento social que busca “um desenvolvimento para as pessoas e construído pela população a partir dos valores da solidariedade”.

Em sua definição, o FBES discorre a respeito da prática da Ecosol como sendo feita por trabalhadores e trabalhadoras de todos os extratos sociais, mas com a ratificação de que se propõe a incluir a população mais excluída e vulnerável.

Já para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em seu portal eletrônico, conceito de Ecosol engloba características centrais de cooperação, auto-gestão, de dimensão econômica e de solidariedade. É definido como **cooperação**² a existência de propriedade coletiva de bens, de responsabilidade solidária e de partilha dos resultados. Já no que tange a

auto-gestão, são referenciados os processos cotidianos de direção e coordenação das ações que, por meio de práticas participativas fazem a “autogestão dos processos de trabalho”. Entende-se como **dimensão econômica** “uma das bases de motivação da agregação de esforços pessoais e de outras organizações”. E ao se referir sobre **solidariedade**, o MTE destaca que esta dimensão está expressa

“(…) na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com o meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (MTE)”.

Uma grande e genérica definição de solidariedade que abarca diversos dos seguimentos que vamos discorrer no tópico sobre as interpretações dos discursos. Mas, ainda sobre uma das versões estatais da definição de Ecosol, concebida pelo MTE, o movimento é caracterizado como “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar (...). Sem explorar os outros (...) sem destruir o meio ambiente”. Uma “inovadora alternativa” (MTE).

Problematizando os conceitos

No que se refere às aproximações entre os conceitos teóricos, não há muita novidade. As formulações são, em geral, feitas após uma revisão bibliográfica sobre o tema e sua diversidade e cada autor cunha seu conceito a partir de sua prática e/ou contexto, daí as proximidades. Já as ligações destes com os discursos, também são esperadas similaridades, pois a co-participação dos atores em múltiplos espaços, o compartilhamento de imagens e símbolos que permeiam o movimento, sejam elas mais do âmbito dos movimentos de base, dos espaços institucionais, das entidades, enfim. De todas as partes - como característica da dimensão cultural - se compartilham elementos de identidade comum entre os atores. Aqui queremos problematizar as relações do fluxo de influência entre o teórico ou metadiscorso sobre a prática e desta sobre o primeiro, com o intuito de amadurecer o debate sobre a representação coletiva, que emerge da própria metodologia do DSC.

São comuns aos conceitos, sobretudo, as questões ligadas à dimensão de organização produtiva. Não se trata, ainda, de categorias dos discursos, mas das próprias dimensões teóricas encontradas nos conceitos utilizados para esse trabalho.

Em Laville & Geiger (2009), o conceito de Ecosol contem, para além das dimensões comuns as apropriações teóricas já apresentadas, algumas perspectivas que carecem ser

problematizadas. Uma delas é a relação de institucionalização das experiências de economia solidária a partir do poder público. Dessa forma, esses autores trazem a seguinte contribuição: “A capacidade de produzir mudanças, a partir da livre associação, depende ainda das articulações construídas com o poder público, único foro em condições de legislar sobre normas redistributivas em favor da equidade.”. A partir dessa contribuição, a relação dos discursos conseguidos a partir da empiria na 3ª Conferência Estadual de Economia Solidária com o poder público pode ser debatida. Embora, nos discursos a relação com o poder público não tenha sido uma temática de grande amostra, é interessante notar que a própria conferência tem como um dos atores esse poder.

METODOLOGIA

Essa seção é dedicada a explicação dos caminhos e escolhas da metodologia utilizada: suas formas, implicações e na sequência, seus resultados e comentários. É importante frisar que para este trabalho foi de essencial valia a busca pelos apanhados e registros já feitos em outras áreas e campos, sobretudo do social, e que fizeram uso do DSC. No decorrer das análises, foi possível perceber o ajuste entre o propósito deste trabalho e o objetivo próprio a que se propõe a metodologia utilizada. De um lado, o intuito de contribuir para a construção do conceito sobre Ecosol, a partir da dimensão empírica, através da voz de seus atores próprios. Do outro, uma metodologia que em suma busca o caminho da “auto-expressão”. Sobre as formas de conceituação, o capítulo anterior se encarregou do tema, apresentando alguns dos mais diversos metadiscursos próprios a Ecosol. A partir de agora iremos descrever os caminhos percorridos para a construção dos discursos coletivos, aproveitando também para apresentar minimamente a metodologia DSC.

A proposta do Discurso do Sujeito Coletivo (Lefreve & Lefreve, 2003) é alçar resultados por meios que não apenas o metadiscorso do pesquisador ou das fórmulas matemáticas. Nesse sentido, o DSC busca uma forma de “auto-expressão”, ou seja, um apanhado daquilo que seria a opinião coletiva ou pensamento coletivo de um determinado grupo ou contexto. Sob o duo de condições qualitativas e também quantitativas, assim se configura basicamente o desafio dessa metodologia.

Ao falar em DSC não está se propondo um ajuntamento de discursos dispersos, transcritos e somados. Esta metodologia é um convite ao exercício interpretativo, representado pela contribuição dos autores em seu formato de meta discurso também, mas, sobretudo pela análise dos discursos, que vão além das manifestações verbais, pois deles emergem a densidade semântica que se pretende analisar. O papel dos pesquisadores no

momento de apreciação dos dados é o elo entre o **momento 2** ou a etapa de processamento, com o **momento 3** ou etapa interpretativa, em um fluxo que vai do descritivo ao interpretativo. O diagrama a seguir resume sinteticamente as etapas.

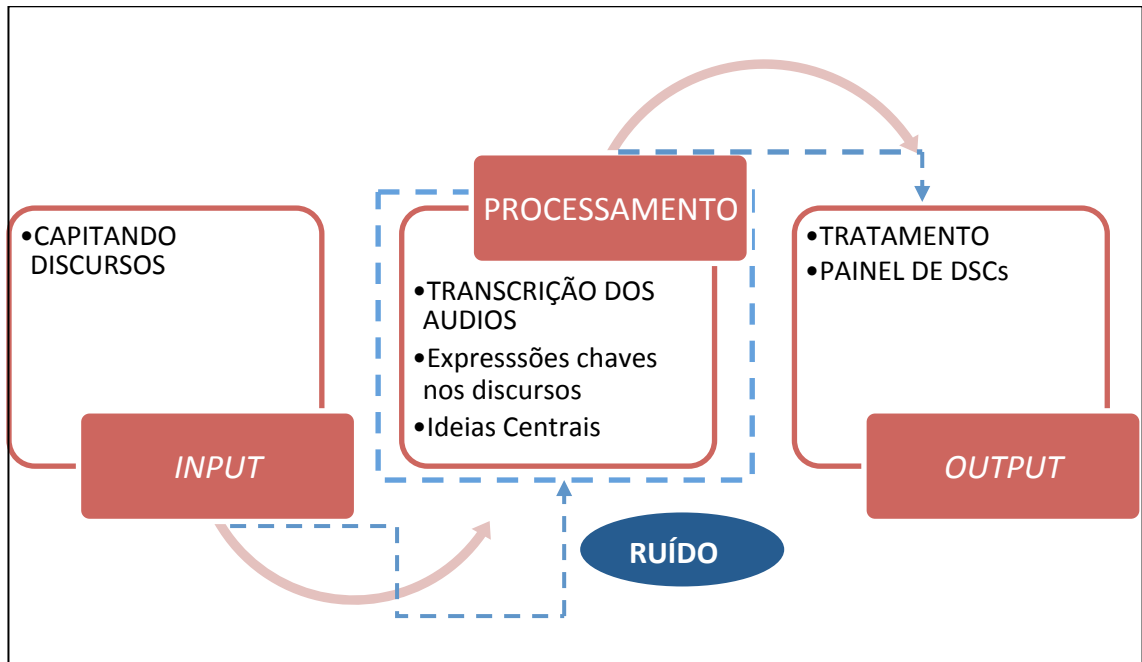


Diagrama 1

Seguindo alguns dos princípios básicos da comunicação, onde no fluxo da mensagem estão as emissões (*INPUT*), o meio ou forma como a mensagem é transmitida, no caso deste trabalho, por meio das narrativas livres e os resultados do processamento (*OUTPUT*). Assim se sucederam as etapas que compõem os passos próprios deste trabalho, percorridos para a utilização do DSC como metodologia. Na etapa de *INPUT*, destacamos a forma de captação dos discursos e a escolha dos atores. Por se tratar de um contexto de evento – uma conferência – o contato com os entrevistados se dá pelas condições de proximidade e disponibilidade dos atores. Na etapa de captação dos discursos, os pesquisadores se instalaram em áreas de convivência dos locais onde ocorriam os eventos e na medida em que os atores circulavam eram abordados e indagados sobre a possível disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. Em caso positivo, seguia-se uma breve explicação do objetivo e contexto da pesquisa. O fluxo era: a) identificação do participante mediante o uso de crachás; b) abordagem; c) Perguntas (1- Autoriza a gravação do áudio?; 2 - Qual seu nome e a instituição/organização?; 3 - O que é Ecosol?; 4 - E o que não é Ecosol?). Durante a explicação sobre como seria gravado o áudio, falavam-se quais os tipos de perguntas e que a informação ou não do nome era uma opção.

Ao apresentar o recorte do tema proposto neste trabalho, falou-se na existência de diversas formas de conceituação sobre Ecosol e que a problematização estaria na busca pelas possíveis representações sociais dos sujeitos entrevistados que responderam a pergunta “O que é Ecosol?”. Se esse era o objetivo, qual o sentido então da pergunta “O que não é Ecosol?”? Ela também depende do recorte proposto, porém sobre um viés dialético. Através dela buscou-se melhor acesso, por meio das respostas individuais, as possíveis representações sobre práticas, valores, estruturas, relações e outras dimensões que por ventura não condiziam com a Ecosol. A negação, nesse sentido, auxilia as interpretações do que seria Ecosol, por meio da construção de um discurso que delimita o que não é Ecosol.

Ao dizer o que não é Ecosol, os entrevistados estavam também dizendo o que no discurso coletivo não corresponde ao arcabouço conceitual em parte apresentado no capítulo anterior. Assim, corroborando com as percepções de outros trabalhos realizados com este tipo de pesquisa, podemos dizer que há nessa dimensão um fortalecimento do empírico sobre a vertente teórica ou metadiscursiva. Em outras palavras, a percepção do “eu coletivo” é a voz da prática em Ecosol, dialogando com a construção teórica.

Uma vez iniciada a gravação, discursavam os atores por meio de suas narrativas. Para LEFEVRE & LEFREVE (2007) “A representação precisa ser um texto desse tipo porque só o texto narrativo – e nunca partes de texto (palavras, por exemplo) – permite veicular um ou mais sentidos que revelam posicionamentos ou opiniões”. Aqui nesta etapa onde são capitados os discursos, como representado no **diagrama 1**, estão os chamados “ruídos”. Neles, as dificuldades de audição de trechos com interferência sonora, nas entrevistas realizadas em ambientes com maior aglomeração de participantes. Algumas perguntas de caracterização como sexo e idade não executadas, mas que do ponto de vista da construção do discurso, esses ruídos, que para teoria das comunicações é negativo, não apresenta interferência relevante. Já no que tange as interpretações, os erros e insuficiências reproduzidas pelos autores é que podem ter consequências, mas que, como toda produção científica, estará para ser apreciada e discutida.

O primeiro momento do processamento, feitas as medidas técnicas de transmissão e identificação do banco de dados, é caracterizado pela transcrição dos áudios. Aqui, por mais que a haja manipulação por parte dos pesquisadores, trata-se somente de uma atividade técnica, onde impera o discurso do emissor e não há ainda nenhum tipo de interpretação.

Já na etapa de processamento dos depoimentos, caminhando para a interpretação, é onde ocorre uma análise atenta das falas dos atores com o objetivo de extração de **expressões**

chave dos discursos. Assim, foram retiradas expressões literais dos depoimentos como será evidenciado posteriormente. Aqui se configura a primeira uma das dificuldades encontradas na metodologia dos DSCs, que é a relação entre os depoimentos e o coletivo.

No segundo momento de processamento das respostas, neste sim, apresentam-se as primeiras intervenções do pesquisador com o intuito de selecionar conteúdos similares, com significados específicos ao tema, sentidos identificados nos conteúdos das respostas: as ideias centrais. Aqui é possível registrar também os primeiros *insights* no que diz respeito às ancoragens. O que seria: em que medida aquilo que se está lendo e separando corroboram (ou não) com a bibliografia ou conceitos sobre Ecosol, escolhidos para este trabalho? Os constructos separados então por aproximação semântica vão sendo transformados em discursos sínteses, até chegar ao DSC que represente, nesse sentido, um sujeito coletivo portador de opinião (LEFEVRE, 2007).

Durante o processo de triagem e interpretação descrito acima, não houve utilização de software especializado. Apenas leitura e separação de palavras-chave ou expressões-chave que representassem os discursos individualmente e, em seguida, a criação de um quadro dessas palavras e expressões-chaves, que deram origem às ideias centrais e aos DSCs apresentadas na próxima sessão, onde discutiremos os resultados.

RESULTADOS

A construção do sujeito coletivo foi obtida através da entrevista com uma amostra de 62 pessoas representantes dos seguintes seguimentos na conferência: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Assessoria ou membros do Estado. Esse evento contou com a presença de 322 participantes, o que garante uma relação de 19,25% entrevistas (62 em termos absolutos) em relação ao seu total. A distribuição desse universo se deu da seguinte maneira:

CONFERÊNCIA – Quadro de caracterização dos sujeitos					
Atores	EES	ASSESSORIA	ESTADO	OUTROS	TOTAL
Quantidades	39	8	10	5	62

Para tornar mais didática a apresentação dos discursos do sujeito coletivo conseguidos por meio de entrevistas, optou-se pela exibição dos discursos que foram considerados mais

significativos em termos frequência nas expressões chaves das falas. Ao todo foram selecionadas 114 expressões para as falas relacionadas a: “O que é Economia Solidária?” e 91 falas relacionadas a pergunta: “O que não é Economia Solidária?”. A frequência dessas expressões chave de acordo com a elaboração de ideias centrais seguiu a distribuição abaixo:

Ideias Centrais	Frequência	Relação
a) Outra forma de organização (14 expressões relacionadas)	14	12,28%
b) Conjunto de valores e princípios para um objetivo comum.	27	23,68%
c) Eu compreendo com uma diversidade de experiências por meio da auto-gestão	10	8,77%

d) Conjunto de práticas de produção, comercialização, consumo, crédito e distribuição de renda de forma igualitária	23	20,18%
e) É uma forma de fazer economia pensando/ valorizando o humano	10	8,77%
f) É o poder público atuando dentro da comunidade	1	0,88%
g) É uma forma sustentável de se relacionar com o meio ambiente	16	14,04%
h) É pensar relações de gênero	1	0,88%
i) É um movimento social	0	0,00%
j) Luta por justiça, direitos e inclusão	12	10,53%
TOTAL	114	100%

Tabela 1- Frequência das ideias centrais que apareceram nas expressões chave sobre: o que é economia solidária.

Tabela 2-Frequência das ideias centrais que apareceram nas expressões chave sobre: o que não é economia solidária.

Ideias Centrais	Frequência	Relação
k) Capitalismo	19	20,88%
l) Relações de exclusão e exploração	12	13,19%
m) Consumo exacerbado e supérfluo	4	4,40%
n) Mercado, dinheiro e lucro	9	9,89%
o) Modo de organização em redes de empresas, indústrias e fábricas	10	10,99%
p) Práticas e valores individualistas	30	32,97%

q) Uso de agrotóxicos e não valorização do meio ambiente	7	7,69%
TOTAL	91	100,00%

A partir da metodologia proposta pelo DSC as ideias foram organizadas no quadro abaixo. As expressões chaves, que são extratos das falas, foram relacionadas com a construção de ideias centrais. Posteriormente, foi construído um discurso do sujeito coletivo desses com esses elementos já apresentados e que podem ser evidenciados na tabela 3 e 4:

Tabela 3- O QUE É ECOSOL?

IDEIA CENTRAL: Conjunto de valores e princípios para um objetivo comum. (27)	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC)
<p>EXPRESSÕES CHAVE</p> <p>D9 -Redes de grupos que trabalham com a solidariedade e a economia partilha diferenciada da economia hoje do país brasileiro; B</p> <p>D10 -Ser solidário um com outro; B</p> <p>D13 -é um ajudando o outro. Num sistema rotativo; B</p> <p>D15 -Jeito de empreender de alguma forma, até ajudar no associativismo, cooperativismos B</p> <p>D17 -um conjunto de pessoas que consideram como ser família; B</p> <p>D20 - Todo esse vínculo que venha melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas que realmente necessitam B</p> <p>D21 -Para mim, a Economia Solidária é um ajudar o outro. Um contribuir com o outro B</p> <p>D26 -É um exercício que a gente pratica diariamente, aonde um ajudando o outro. B</p> <p>D30 ter como base a solidariedade, é você ter como base o olhar pelo o outro; trilhar criar caminhos coletivamente; B</p> <p>B31-É um jeito diferente onde todos têm voz, têm vez</p>	<p>É um conjunto de valores, e ações em torno dos quais os cidadãos se organizam. É um conjunto de pessoas, um grupo, que consideram ser uma família, que trabalham com a solidariedade e a economia da partilha diferenciada da economia hoje do Brasil. É ajudar e ser solidário um com um outro, em um sistema rotativo. Todo o vínculo que venha melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas que realmente necessitam. É um exercício que a gente pratica diariamente, ter como base o olhar pelo outro, trilhar caminhos coletivamente, ser participativo, todos tem voz e vez e buscam um bem comum.</p> <p>É um trabalho coletivo em prol da economia através de empreendimentos, de cooperativas, em associativismo onde a renda é importante mas não o principal . Todos com o mesmo objetivo, tratando de</p>

<p>e onde busca o bem comum B</p> <p>D32 É você ser participativo, é num coletivo; B</p> <p>todos com a mesma visão. B</p> <p>D33 É um trabalho coletivo em prol da economia através de empreendimentos, de cooperativas B</p> <p>D41-Todos com o mesmo objetivo; B</p> <p>D43 momento de interação em grupo de se trabalhar em cooperativismo, em associativismo onde a renda é importante , mas não é o principal; B</p> <p>D44 -aquilo que se faz em conjunto; B</p> <p>participar dos resultados juntos; B</p> <p>D45 -tratar de forma coletiva determinada situação tanto da parte produtiva, tanto da parte de comercialização; B</p> <p>D46-Onde as pessoas produzem com o objetivo de satisfazer a necessidade do outro, não apenas o capital pelo capital; B</p> <p>D47 conjunto de valores, ações que os cidadãos se organizam; B</p> <p>D49- -quando você não pensa só no lucro; B</p> <p>D51 é você ter uma solidariedade com o outro; B</p> <p>-economia solidária para mim é isso: Troca de experiências um com o outro; B</p> <p>D56 é a articulação de todos esses empreendimentos de forma que a gente possa garantir uma produção mais coletiva nos princípios de solidariedade, colaboração e que a gente possa comercializar de uma forma mais justa; B</p> <p>D57 grupos reunidos em um único objetivo; B</p> <p>-lutar por interesses de um todo; B</p> <p>D62 conjunto de ações de partilha do desenvolvimento solidário; B</p>	<p>forma coletiva tanto a parte produtiva, tanto da comercialização e participando juntos dos resultados. Esse objetivo é produzido pela necessidade do outro, não apenas do capital pelo capital, não pensando só no lucro.</p>
--	--

Tabela 4- O QUE NÃO É ECONOMIA SOLIDÁRIA ?

IDEIA CENTRAL: Práticas e valores individualistas (30)	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC)
<p>EXPRESSÕES CHAVE</p> <p>D3 Eu acho que é a desunião; P</p> <p>D6 Tudo que é individual. P</p> <p>D13 quando as pessoas, entram nesse ciclo e depois não querem colaborar P</p> <p>D16 É tudo que vai de contra a essa proposta de uma vida diferente a partir da solidariedade; P</p> <p>D17- Onde não existe amor P</p> <p>D20 Aquilo que vai anti aos princípios éticos de uma sociedade; P</p> <p>D21 A pessoa que não contribui com a outra. É egoísta, só pensa em si. Não olha o lado do outro, só olha o seu. P</p> <p>D26 É a pessoa que é egoísta. É a pessoa que quer tudo pra si e nada pros outros; P</p> <p>D29 Que desfaz assim de cultura. Do artesanato. Tipo assim, que não ajuda as pessoas. P</p> <p>D30-você deixa de pensar no futuro não só para você, mas para os outros, principalmente na questão do meio ambiente.; P e Q</p> <p>D32 É você ser egoísta , avarento e não da oportunidade que o outro do seu lado possa crescer também P</p> <p>D34 É aquilo que não é bom para todos; P</p> <p>D35 São ações pontuais, individuais P</p> <p>D36 Quando você quer perpassar o outro; P</p> <p>Quando você quer que o seu produto seja melhor do que o outro é o contrário do é ser solidário; P</p> <p>D38 o individualismo de algumas pessoas; Aquele poder, a forma de “empoderamento” P</p>	<p>Tudo o que é individual, quando uma pessoa não contribui com a outra, sendo egoísta e querendo tudo para si. Quando as pessoas entram nesse ciclo e depois não querem colaborar, sendo contra a proposta de uma vida diferente da solidariedade. É quando não se ajuda as pessoas, existindo falta de amor nas relações, não conseguindo trabalhar coletivamente e não tendo sensibilidade de perceber as necessidades, os anseios dos outros. Quando se deixa de pensar no futuro, principalmente o futuro relacionado ao meio ambiente.</p> <p>A busca da renda sem levar em consideração a cultura, sem levar em consideração o meio-ambiente a regionalidade, a territorialidade, trabalhar sozinho, fazendo o que não gosta.</p> <p>Uma economia centrada no capital, no individualismo que é um concorrendo com o outro. Nessa economia, você não passa seu conhecimento e as descobertas tecnológicas para os outros e para as outras gerações, o que acaba gerando isolamento da comercialização de maneira isolada. É o que o empresário faz, não pensa em dividir nada com ninguém. Quando a gente não comunga juntos, não se une, não existe economia solidária</p>

D39 é o individualismo. é o não conseguir trabalhar coletivamente. é o não conseguir ter sensibilidade de perceber as necessidades, os anseios dos outros e respeitar isso.; P

A busca da renda sem levar em consideração a cultura, sem levar em consideração o meio-ambiente a regionalidade, a territorialidade P

D40 Egoísmo, falta de amor ao próximo; P

D41 O que não é economia solidária é você trabalhar sozinho; P

D42 É aquilo que a gente não esta conseguindo. P

esta fazendo o que não gosta; P

D45 é aquilo que é dado de forma própria; do indivíduo por si só. P

D47 uma economia que esta centrada no capital , no individualismo que é um concorrendo com o outro; K e P

-difundir, divulgar as tecnologias que são descobertas seria abrir mais um concorrente; P

D48 Você quer ser o dono do seu saber, não passa o seu conhecimento para outras gerações e acaba se isolando de uma forma que quer comercializar sozinho; P

D51 é o que os empresários faz; Não pensa em dividir com ninguém nada; P

D52 É quando a gente não comunga juntos. Se a gente não se une, não existe economia solidária. P

D53 A individualidade. Quando se faz um trabalho individual deixa de ser solidário. P

D57 é o individualismo. P

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso do sujeito coletivo da margem para várias possibilidades de interpretação dessas significações atribuídas as perguntas: “O que é economia solidária?” e “O que não é economia solidária?”. Dessa forma, a partir das possíveis relações encontradas nos discursos analisados neste trabalho, faz-se necessário destacar que as falas que contém temas como “meio-ambiente” ou “natureza”, assim como “gênero”, encontram lastro teórico, por exemplo, nas questões de cotidiano (LAVILLE & GAIGER), de maneira que tocam em reformulações conceituais que inserem temas emergentes ao âmbito da Ecosol. Embora, essa última categoria apareça nos discursos com uma frequência não muito grande, é importante destacar a importância dessas categorias para a construção do movimento de economia solidária. Essas pautas que em alguns espaços são chamados de temas transversais tem que ganhar maior centralidade nos discursos para a construção de um movimento de economia solidária plenamente democrático e solidário. Essa é uma clara demonstração das trocas de influências que ocorrem, clara e obviamente, entre prática e teoria. No verbete do Dicionário Internacional, de onde se destaca essa abordagem, analogamente aparecem os elementos para os quais se voltaram as Organizações Internacionais, as grandes conferências econômicas, que fazem das demandas sociais que pulsam nos movimentos, elementos para suas agendas. Assim acontece com alguns conceitos teóricos aqui apresentados que também são reformulados acompanhando essas tendências.

Entretanto, uma vez admitida a relação de troca de influências, não há como conceber que pode haver isenção de qualquer que seja as partes. Ou seja, todo movimento prático haverá de influenciar nas teorias e vice-versa. Porém, quando se afirma que:

“No lugar do militante portador de uma ideologia de transformação total da sociedade, fortemente engajado em estruturas partidárias e de classe, deu-se uma lenta efervescência associativa, movimentando envolvimentos específicos em prol de mudanças limitadas, mas concretas.” (LAVILLE & GAIGER)

Esse discurso guia pautas de políticas públicas, projetos de financiamentos, dentre outras articulações que relacionam capital privado ao movimento de Ecosol, como da Economia Social em todo planeta. Porém, ao analisarmos o DSC da Conferência Territorial do que não seria Ecosol, na voz dos delegados, foi possível perceber que a forte presença de expressões como “capital”, “grande empresa”, “indústria”, “corporações”, são indícios que nos levam a problematizar o quão próxima da realidade estão as conceituações teóricas acima destacadas, pois, ao falar em “mudanças limitadas” podem estar contradizendo o discurso do movimento que, de maneira precisa e convicta destaca como não sendo Ecosol, elementos que levam a mudanças concretas, e não limitadas.

O discurso do sujeito coletivo também revelou que as ideias relacionadas a valores como solidariedade e seus antagonismos como expressões relacionadas ao egoísmo estão muito presentes nos discursos. Esses tipos de fala revelam que, embora o movimento ainda não reconheça todas as dimensões de sua luta de maneira automática como as questões transversais, valores fundamentais como a solidariedade são presentes no discurso. Dessa forma, a luta por valores não estritamente de mercado e que sejam alavancas para uma melhor qualidade de vida estão vivas nesse movimento.

REFERÊNCIAS

LAVIVILLE, Jean-Louis, GAIGER, L.I. ECONOMIA SOLIDÁRIA. In: CATTANI, Antonio D. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. 1ed. Coimbra: Edições Almeida, 2009. Disponível em : < <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. O que é economia solidária ?. Brasília. SENAES/TEM. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>> Acesso em 10/05/15

CRUZ, Antônio. Economia solidária: a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica. In: Cadernos de Economia (UNOESC), v. Ano 8. Chapecó: Unochapecó, 2004. pp.93-120.

FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho de. A economia popular e solidária no Brasil. In. FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, Jean-Louis; MAGNEN, Jean-Philippe (Orgs). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 57 a 71, 2006.

FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho de. Economia Solidária. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 54-56.

HENRIQUES, F. C. As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação de uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores?. *Latitude*, v. 8, p. 63-91, 2014

